

Diário Oficial Eletrônico

Município de Caratinga – MG

Caratinga, 19 de junho de 2017 – Diário Oficial Eletrônico – ANO I | Nº 1761 – Lei nº 3638 de 07/06/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA

Travessa Cel. Ferreira Santos, 30 – Centro, Caratinga-MG

Lei nº 3638/2017

(Projeto de Lei nº 029/2017 de autoria do Executivo)

DISPÕE SOBRE A MODIFICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.614, DE 13/12/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 5º, da Lei Municipal nº 3.614/2016 passará a vigorar com seguinte redação:

“Artigo 5º Os artigos 20 e 21, da Lei Municipal nº 3.484/2014, que dispõe sobre a modificação da Lei Municipal nº 2.290/1995, que por seu turno dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. O CMAS-Caratinga será presidido por um de seus membros, eleito anualmente por seus pares, juntamente com um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, observada a alternância anual entre sociedade civil e governo e compor-se-á de 12 membros titulares e igual número de suplentes, todos com mandato de 02 anos, permitida uma única recondução por igual período, conforme definido no art. 9º, da Lei nº 3.484/2014:

I - 06 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal e respectivos suplentes, sendo:

- a). 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b). 01 (um) representante da Secretaria Municipal Saúde;
- c). 01 (um) representante da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte;
- d). 01 (um) representante da Secretaria Municipal Agricultura, Abastecimento e Agronegócios;
- e). 01 (um) representante da Secretaria Municipal Planejamento e Finanças;
- f). 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Defesa Social;

II - Os representantes não governamentais serão eleitos por indicação de suas respectivas bases em Fórum especialmente convocado para este fim, conforme a seguinte representatividade.

III - 06 (seis) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS-Sistema único da Assistência Social, escolhidos em foro próprio sob execução da secretaria executiva dos conselhos.

IV - um representante da sociedade civil sendo usuário dos serviços ofertados pela rede sócio-assistencial.

§ 1º. Considera-se entidade de defesa de direitos aquela com atuação municipal que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços e executa programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993 e deliberações do CNAS.

§ 2º. Considera-se representante dos usuários a pessoa vinculada aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, eleitos para qualquer Conselho Municipal de Assistência Social, conforme disposto nas legislações específicas.

§ 3º. Considera-se entidade prestadora de serviços sócio-assistenciais ou de assessoramento, com atuação municipal, a entidade não-governamental inscrita no CMAS-Caratinga, que presta atendimentos específicos aos beneficiários abrangidos por lei no âmbito do Município.

§ 4º. Considera-se representante do trabalhador da política municipal de assistência social todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associações de trabalhadores municipais, sindicatos, conselhos regionais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social, de acordo com a Resolução nº 23/06 do Conselho Nacional de Assistência Social, no que couber.

§ 5º. Cada titular do CMAS deve ter um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 6º. Somente será admitida a participação no CMAS de entidades jurídicas constituídas e em regular funcionamento.

§ 7º. Eleitos os Conselhos Representantes Governamentais e Não Governamentais, serão os mesmos nomeados em Ato Constitutivo e empossados pelo Prefeito Municipal.

§ 8º. A diretoria do Conselho municipal de Assistência Social será eleito pelos conselheiros na 1ª reunião após a posse.

§ 9º. As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 10º. A soma dos representantes que tratam os incisos VI, VII e VIII do presente artigo, não poderá ser inferior à metade do total de membros do CMAS, no que diz respeito à representatividade governamental.

Art. 21. Revogado”

Art. 2º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caratinga, 07 de junho de 2017.

Wellington Moreira de Oliveira

Prefeito do Município